

## UM ESTUDO SOBRE OS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES A NÍVEL DE 2º GRAU (ANTIGOS CURSOS NORMAIS)

BERNARDETE ANGELINA GATTI \*  
EVANGELINA ROVAI \*  
VITOR HENRIQUE PARO \*

O presente estudo tem por objetivo específico oferecer uma visão da estrutura e de aspectos de funcionamento dos antes denominados cursos normais, que preparam o professorado para o ensino de 1ª a 4ª Séries do 1º Grau, face às reformas de 1968 e 1971, no Estado de São Paulo. Ele constitui-se em etapa preliminar de outro estudo, para o qual ofereceu fundamentos e subsídios, este sobre a qualificação, em termos de habilidades adquiridas, que apresentam os formandos desses cursos e que vem relatado em outro artigo deste Caderno (Gatti e Bernardes, pág. 39).

Conhecer a "escola normal" para além da legislação foi a intenção deste trabalho. Para tanto, planejaram-se a coleta e a análise das estruturas curriculares das escolas, uma entrevista a ser realizada com professores de Psicologia Aplicada à Educação e de Metodologia e Prática de Ensino, e um questionário também a ser aplicado a esses professores. A finalidade era detectar, de um lado, os padrões de funcionamento das escolas e, de outro, como os docentes desse curso avaliam, de seu ponto de vista, a adequação do curso à formação que se propõe, às reformas introduzidas e à clientela que recebe como alunos.

### I. COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA, PROCEDIMENTOS, INSTRUMENTOS

A composição da amostra para o presente estudo foi feita com base numa listagem completa das escolas oficiais e particulares que, no Estado de São Paulo, ofereceriam cursos de formação de professores a nível de 2º Grau (normal). Esta listagem foi obtida junto à Secretaria de Educação.

Como as escolas estavam distribuídas, por vínculo administrativo, em onze Delegacias Regionais de Ensino, para garantir a presença na amostra de escolas de todas as regiões do Estado, um número proporcional ao total de escolas oficiais e particulares em cada DRE foi sorteado para a composição da amostra. Com este procedimento, obteve-se 16% de nosso universo representado na amostra, garantindo-se proporcional representatividade por DRE e por órgão mantenedor (escolas oficiais e particulares).

Ao realizar-se o primeiro contato com as escolas constatou-se que nove delas não mais mantinham o curso, ou apenas estavam começando a oferecê-lo, ou, embora autorizado, o curso não havia sido instalado. Excluindo-as então de nosso estudo, obtivemos uma representação de 14% da população na amostra, ainda garantida a proporcionalidade entre escolas oficiais e particulares (a perda foi de 4 escolas oficiais e 5 particulares), e a presença de todas as DRE<sup>1</sup>.

Foram visitadas ao todo 52 escolas, com autorização da Secretaria de Educação.

Em cada escola da amostra, foi obtida sua estrutura curricular e seu planejamento e aplicado o questionário aos professores de Psicologia Aplicada à Educação e Metodologia e Prática de Ensino (Anexo 2). A entrevista não foi feita com todos esses professores, pois demandava bastante tempo, uma vez que o professor era convidado a discorrer livremente sobre os tópicos apresentados. Sorteou-se, então, metade das escolas (26) nas quais se solicitaria a entrevista a um dos professores. Os aspectos abrangidos pela entrevista seriam os seguintes:

1. Opinião sobre o curso:
  - a. Adequação à formação do professor primário.
  - b. Realização de Estágios.
  - c. Orientação dos Estágios.
  - d. Relacionamento entre professores do Curso Normal com os professores do Curso Primário.
2. Opinião sobre Reformas do Colegial:
  - a. 1968
  - b. 1971
3. Integração entre os professores para o desenvolvimento dos programas.
4. Opinião sobre o aluno que frequenta o curso após 1968:
  - a. Nível cultural e intelectual.
  - b. Interesse pelo curso.

\* da Fundação Carlos Chagas

<sup>1</sup> Para a especificação da composição da amostra veja-se o Anexo 1.

- c. Motivos de opção pela habilitação.
- d. Envolvimento do aluno no decorrer do curso.
- e. Frequência a cursos paralelos.

Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas e analisadas. Usou-se a gravação para maior fidelidade para com a expressão do professor.

## II. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Apresentaremos, primeiramente, a análise das estruturas curriculares vigentes nas escolas no ano de 1975 e, em seguida, as respostas obtidas junto aos professores por meio do questionário, especialmente as referentes às questões I, III e V. Terminaremos com a análise de alguns aspectos ressaltados nas entrevistas, buscando relacioná-los com as respostas ao questionário, sobretudo à questão V.

### 1. Análise das estruturas curriculares

Foram examinadas as estruturas curriculares dos Cursos de Formação de Professores, a nível de 2º grau, de 47 escolas (as demais não forneceram dados), assim distribuídas:

TABELA 1

	Oficiais	Particulares	Totais
Grande São Paulo	9	6	15
Interior	25	7	32
<b>TOTAIS</b>	<b>34</b>	<b>13</b>	<b>47</b>

Ao procedermos ao exame do material, um de nossos propósitos foi verificar em que medida os currículos dos cursos de formação de professores, a nível de 2º grau, estão de acordo com a lei 5692 de 1971 e com as

normas e orientações emanadas, após a publicação de tal Lei, tanto do Conselho Federal de Educação, quanto do Conselho Estadual de Educação e da Secretaria de Educação. Neste sentido, pudemos perceber que mais de 40% das escolas não apresentavam ainda qualquer sinal de aplicação da Reforma de 1971, a não ser a inclusão de Organização Social e Política do Brasil. Isto pode ser facilmente depreendido da Tabela 2 onde, sob a rubrica de "Resolução 36/68", apresentamos as escolas que seguem estritamente as determinações dessa Resolução, anterior à Reforma<sup>2</sup> (com a inclusão apenas de Organização Social e Política do Brasil); e, sob a rubrica de "Reforma de 1971", as escolas que ou já se enquadraram totalmente nas determinações da reforma, ou a estão implantando, conservando ainda alguns aspectos das determinações da Resolução 36 do Conselho Estadual de Educação publicada em 1968, que reformulou, naquele ano, o ensino colegial no Estado de São Paulo.

A Tabela 2 permite comparar o número de escolas que ainda se orientam totalmente pela Resolução 36/68 com o das que, em maior ou menor grau, estão procurando implantar a Reforma de 1971. Isto não quer dizer, entretanto, que estas últimas tenham apresentado estruturas curriculares totalmente de acordo com a Reforma de 1971. Sob a rubrica "Reforma de 71", estão computadas também as escolas que, ou seguem em parte a Resolução 36/68 e em parte as determinações da Reforma, ou apresentam currículos de acordo com a reforma apenas para algumas séries, não oferecendo curso nas demais. Escolas que apresentaram estruturas curriculares com quatro séries, seguindo as orientações e normas do C.F.E., do C.E.E. e da S.E., foram apenas oito (17% do total): cinco oficiais e três particulares. Todavia, mesmo dentre essas oito, é difícil afirmar com segurança quantas estão seguindo, na prática, os currículos apresentados, já que, quando da coleta do material, muitos professores afirmaram representarem tais currículos menos uma realidade do que um propósito

TABELA 2

	ESCOLAS OFICIAIS			ESCOLAS PARTICULARES			OFIC. + PART.
	G.S.P.	INT.	G.S.P. + INT.	G.S.P.	INT.	G.S.P. + INT.	
RESOL. 36/68	6 (66,7%)	12 (48%)	18 (52,9%)	0 (0%)	1 (14,3%)	1 (7,7%)	19 (40,4%)
REF. 1971	3 (33,3%)	13 (52%)	16 (47,1%)	6 (100%)	6 (85,7%)	12 (92,3%)	28 (59,6%)
<b>TOTAIS</b>	<b>9 (100%)</b>	<b>25 (100%)</b>	<b>34 (100%)</b>	<b>6 (100%)</b>	<b>7 (100%)</b>	<b>13 (100%)</b>	<b>47 (100%)</b>

<sup>2</sup> Para maiores esclarecimentos sobre a Lei 5692, de 1971, e a Resolução 36/68 — CEE quanto à formação de professores a nível de 2º grau veja-se, neste Caderno, o artigo

de Gatti e Rovai, *Alguns aspectos da legislação sobre a formação do professor primário (1957 a 1975) no Estado de São Paulo.*

de efetivação gradativa. É de se supor, então, que pelo menos algumas dessas escolas mantêm apenas uma ou outra série de acordo com o currículo fornecido.

Pela Tabela 2, percebe-se também a maior proporção de escolas particulares que, de certa forma, estão procurando estruturar seus currículos de acordo com a Reforma de 71. Enquanto que entre estas encontramos 92,3% dos currículos seguindo uma orientação mais atualizada, essa porcentagem, entre as oficiais, é de apenas 47,1%. Fato também relevante é o de que dez, entre as dezesseis escolas oficiais que constam da Tabela 2 sob a rubrica "Reforma de 71", basearam seus currículos, na sua totalidade ou em algumas séries, na Comunicação nº 4 de 31-01-75, sugestão de currículo publicada pela Secretaria de Educação no Diário Oficial de 07-02-75. É provável, portanto, que a proporção de escolas oficiais apegadas exclusivamente à Resolução 36/68, antes da publicação de tal comunicação, fosse ainda maior. Pode ter ocorrido também que tais escolas (62,5% das oficiais que de alguma maneira seguem a Reforma), não conseguindo ou não se dispondo a atualizar seus currículos até aquela data, tenham reagido diante do estímulo da Secretaria de Educação e se apressado em copiar quase que integralmente algo que lhes foi apresentado apenas como sugestão. Quanto às escolas particulares, parece que se mostram menos propensas a seguir modelos sugeridos pela Secretaria de Educação, visto que nenhuma dentre elas seguiu, quer a Comunicação nº 4, quer a sugestão de currículo para escolas particulares publicada no Diário Oficial.

As disciplinas optativas, como se vê pela lista do Quadro I, Anexo 3, foram apresentadas em maior número pelas escolas oficiais.

Quanto às disciplinas da parte diversificada (Núcleo Comum Instrumentalizado mais disciplinas apresentadas pela Deliberação nº 18/72 do C.E.E.) (Quadro II, Anexo 3), houve maior diversificação entre as escolas particulares e maior concentração nas dez primeiras disciplinas da lista do Quadro II, por parte das oficiais, fato explicado por serem justamente essas dez disciplinas as sugeridas pela Comunicação nº 4 da Secretaria de Educação (31-01-75).

## 2. Análise das respostas ao questionário

As questões II e IV do questionário (ver Anexo 2) que eram uma complementação em relação, respectivamente, às questões I e III, não apresentaram índices de resposta que propiciassem uma análise consistente, como também a maioria das poucas respostas dadas repetiam aspectos já levantados nas questões I e III. Desta maneira, a análise não se mostrou útil senão para constatar a quase total ausência de sugestões livres por parte dos professores.

Ao todo, 93 professores responderam ao questionário. No Anexo 4, fazemos uma apresentação descritiva desses professores quanto ao tempo que exercem

o magistério, à sua situação funcional e à sua formação, dando uma idéia das características gerais desse grupo.

## QUESTAO I

O questionário aplicado apresentava, na sua primeira questão, um quadro contendo 14 disciplinas de educação geral e 29 de formação especial. Era solicitado ao professor que, obedecendo a um mínimo de 24 e um máximo de 30 horas-aulas semanais para cada série, escolhesse, com a respectiva carga horária, as disciplinas que, na sua opinião, deveriam fazer parte de um currículo ideal para o Curso de Formação de Professores, a nível de 2º grau. O mínimo de 24 e o máximo de 30 horas-aulas diziam respeito ao total das cargas horárias por ele atribuídas às disciplinas na série, isto é, o total das disciplinas de educação geral somado ao das de formação especial. Ficava, assim, o professor com a liberdade de escolher qualquer número de disciplinas, tanto da parte de educação geral como da parte de formação especial, atribuindo a cada disciplina a carga horária que preferisse, devendo, entretanto, respeitar os limites de 24 a 30 horas-aulas para cada série. No entanto, 7 entrevistados transgrediram estes limites em uma ou outra série e, portanto, seus questionários não fizeram parte da tabulação da questão I. Assim, dos 93 respondidos, foram computados para esta questão os dados de 86 questionários, assim distribuídos:

TABELA 3

	Oficiais	Particulares	Totais
Grande São Paulo	18	15	33
Interior	34	19	53
TOTAIS	52	34	86

O objetivo desta questão era obter do professor — aquele que realmente tem seu dia-a-dia junto ao aluno com a tarefa de formá-lo também professor — o que ele vê como realmente importante na formação do professor primário, ou seja, como ele estruturaria o ensino com tal objetivo. Para tanto, o rol dos títulos das disciplinas oferecidas à sua escolha foi o mais amplo que conseguimos organizar com base em tudo o que já foi indicado pela legislação desde há 20 anos atrás, abrindo-lhe ainda a perspectiva de assinalar o que não se encontrava no rol, e que considerasse importante para tanto, na questão II. A intenção era de que o professor exprimisse seu pensamento pedagógico para esta área de formação através da concretização de um currículo que, pessoalmente, considerasse o mais adequado.

Para as respostas obtidas, as questões levantadas por nós foram: Que padrão emerge das sugestões dos professores? Coincidiria em algum grau com o padrão legal? Em que se diferenciaria?

Ao proceder à tabulação dos dados, fizemo-lo, inicialmente, separando as respostas dadas pelos professores do Interior das que foram fornecidas pelos professores da Grande São Paulo, o mesmo acontecendo com referência às respostas dos professores de escolas particulares e oficiais. O exame dos resultados revelaram, entretanto, não haver grandes diferenças nos dados colhidos que justificassem um tratamento em separado. Por isso optamos por uma análise *in totum* dos 86 questionários, abandonando aquela distinção inicial.

Assim, a tabulação dos dados coletados possibilitou-nos a construção da Tabela 4, da qual constam as disciplinas mais apontadas para comporem um currículo do Curso de Formação de Professores, a nível de 2º grau. O número de disciplinas em cada série tem sua razão de ser no critério por nós adotado para a elaboração de um modelo de currículo que represente o consenso das opiniões manifestadas pelos professores entrevistados. Mais adiante, quando apresentarmos esse modelo, exporemos o critério usado e a sua justificativa.

Limitar-nos-emos, por ora, a algumas observações sugeridas pela tabela. Faremos referência, inicialmente, à relação entre disciplinas de educação geral e de formação especial nas quatro séries do curso. Neste aspecto, é flagrante a predominância das chamadas disciplinas gerais sobre as específicas nas séries iniciais, havendo maior valorização destas últimas nas séries finais. Aliás, a predominância das gerais é realmente significativa apenas na primeira série (10 gerais para 3 específicas), já que na segunda há um relativo equilíbrio (7 gerais para 6 específicas), havendo na terceira e quarta séries uma certa inversão da relação que havia inicialmente: na terceira, a proporção passa a ser de 3 gerais para 9 específicas e na quarta, de 2 gerais para 10 específicas. Nota-se, assim, grande sintonia das opiniões emitidas com o que prescreve a Lei 5.692 em termos da relação formação profissional/educação geral no ensino de 2º grau.

Com poucas exceções, houve uma tendência geral para uma carga de duas horas-aulas semanais para todas as disciplinas. A Tabela 4 confirma essa tendência, pois

TABELA 4

PRIMEIRA SÉRIE				
C	F	DISCIPLINAS	Ni	$\bar{x}$
1º	G	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira .....	85	3,38
2º	G	Matemática .....	74	2,70
3º	G	Educação Física .....	74	1,89
4º	E	Psicologia Educacional .....	64	2,41
5º	G	Geografia .....	61	1,84
6º	G	História .....	59	1,90
7º	G	Ciências Biológicas .....	50	1,98
8º	G	Educação Musical .....	44	1,45
9º	E	Didática .....	42	2,21
10º	G	Educação Artística .....	42	1,60
11º	G	Ciências Físicas .....	40	1,98
12º	E	Sociologia Educacional .....	38	1,97
13º	G	Educação Moral e Cívica .....	37	1,68
Total .....			710	26,99
SEGUNDA SÉRIE				
C	F	DISCIPLINAS	Ni	$\bar{x}$
1º	G	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira .....	83	3,20
2º	E	Psicologia Educacional .....	78	2,47
3º	G	Educação Física .....	69	1,84
4º	G	Matemática .....	64	2,48
5º	G	Educação Moral e Cívica .....	51	1,71
6º	E	Sociologia Educacional .....	50	2,02
7º	G	Educação Musical .....	50	1,50
8º	E	Prática do Ensino do 1º Grau .....	47	2,49
9º	E	Didática .....	47	2,30
10º	G	Ciências Biológicas .....	40	1,98
11º	E	História da Educação e Educação Brasileira .....	40	1,83
12º	E	Metodologia Especial das Atividades .....	39	2,21
13º	G	Educação Artística .....	38	1,55
Total .....			696	27,58

TERCEIRA SÉRIE

C	F	DISCIPLINAS	Ni	$\bar{x}$
1º	E	Psicologia Educacional .....	83	2,62
2º	G	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira .....	73	2,82
3º	E	Prática do Ensino do 1º Grau .....	69	2,70
4º	E	Biologia Aplicada à Educação e Saúde Pública .....	63	1,95
5º	E	Sociologia Educacional .....	59	1,95
6º	E	História da Educação e Educação Brasileira .....	58	2,07
7º	E	Metodologia Especial das Atividades .....	57	2,53
8º	E	Didática .....	50	2,36
9º	G	Educação Física .....	49	1,85
10º	G	Organização Social e Política do Brasil .....	49	1,65
11º	E	Literatura Infantil .....	46	1,80
12º	E	Desenho Pedagógico .....	43	1,70
Total .....			699	26,00

QUARTA SÉRIE

C	F	DISCIPLINAS	Ni	$\bar{x}$
1º	E	Psicologia Educacional .....	77	2,64
2º	E	Prática do Ensino do 1º Grau .....	67	3,04
3º	G	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira .....	67	2,64
4º	E	Metodologia Especial das Atividades .....	62	2,61
5º	E	Literatura Infantil .....	51	1,88
6º	E	Biologia Aplicada à Educação e Saúde Pública .....	49	2,10
7º	E	Didática .....	47	2,38
8º	E	Sociologia Educacional .....	44	2,00
9º	E	Técnicas de Avaliação do Rendimento Escolar .....	44	1,73
10º	E	Técnicas Audio-Visuais de Educação .....	44	1,59
11º	E	História da Educação e Educação Brasileira .....	43	1,95
12º	G	Educação Física .....	40	1,75
Total .....			635	26,31

C — Classificação da Disciplina segundo o número de indicações por série.

F — Natureza da Disciplina: G — Educação Geral  
E — Formação Especial.

Ni — Número de indicações da Disciplina na série.

$\bar{x}$  — Média da carga horária indicada para a Disciplina, por série.

se arredondarmos as médias de carga horária, teremos uma média igual a 1, onze médias iguais a 3 e as outras trinta e sete médias iguais a 2 horas-aulas.

Algumas disciplinas foram bastante prestigiadas, aparecendo no elenco de três ou quatro séries. É o caso de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Educação Física, Psicologia Educacional, Sociologia Educacional e Didática, que aparecem nas quatro séries e o de Prática do Ensino do 1º Grau, Metodologia Especial das Atividades, Áreas de Estudo e Disciplinas do Ensino de 1º Grau e História da Educação e Educação Brasileira, que aparecem em 3 séries. Estas disciplinas, como era de se esperar, desfrutaram de boas colocações também na

Tabela 5, onde arrolamos as doze disciplinas mais indicadas para as quatro séries.

A construção de um modelo de currículo a partir da Tabela 4, tem como objetivo principal verificar em que medidas as opiniões dos professores se aproximam do que determina a legislação em termos de currículo do Curso de Formação de Professores, a nível de 2º grau, a partir da Reforma de 1971. Para facilitar esta comparação, já que se trata também de um modelo, tomamos como protótipo a Comunicação nº 4 de 31-01-75, da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo<sup>3</sup>. Dois

<sup>3</sup> Veja-se em anexo no artigo de Gatti e Rovali, pág. 7 deste Caderno.

TABELA 5

C	F	DISCIPLINAS	Ni	$\bar{x}$
1º	G	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira .....	308	3,04
2º	E	Psicologia Educacional .....	302	2,54
3º	G	Educação Física .....	232	1,85
4º	E	Prática do Ensino do 1º Grau .....	213	2,70
5º	G	Matemática .....	191	2,43
6º	E	Sociologia Educacional .....	191	1,98
7º	E	Didática .....	186	2,32
8º	E	Metodologia Especial das Atividades .....	183	2,43
9º	G	Educação Musical .....	175	1,51
10º	E	Biologia Aplicada à Educação e Saúde Pública .....	172	1,95
11º	E	História da Educação e Educação Brasileira .....	171	1,94
12º	E	Desenho Pedagógico .....	150	1,58
Total .....			2283	26,27

C — Classificação da Disciplina segundo o total de indicações.

F — Natureza da Disciplina: G — Formação Geral  
E — Formação Especial.

Ni — Número total de indicações da Disciplina

$\bar{x}$  — Média geral da carga horária indicada para disciplina nas quatro séries.

motivos principais nos levaram a escolher tal sugestão curricular como termo de comparação. Em primeiro lugar, porque ela reflete, de certa forma, toda a legislação vigente em termos de currículo do Curso de Formação de Professores a nível de 2º grau, o que significa que uma comparação com tal sugestão implica em um confronto com todas as determinações legais a respeito do assunto. Por outro lado, constituiu-se tal sugestão curricular numa manifestação recente da Secretaria de Educação, que representa, de certa maneira, a opinião e as tendências desse órgão em termos de currículo.

Como ressaltamos no início, o professor, ao responder ao questionário, deveria limitar-se a um número dado de horas-aula por série. No entanto, não havia qualquer exigência com respeito ao número de disciplinas por série. Isso deu azo a que muitos professores, com a intenção de tornar o seu currículo o mais completo possível, escolhesse um número muito grande de disciplinas, sem se dar conta da inviabilidade de se por em prática um currículo com tantas disciplinas. Isto implicaria em redução do número de horas-aula por disciplina na semana (veja-se Tabela 4), criando o problema: o que ensinar em tão pouco tempo?

Temendo que o modelo de currículo elaborado a partir das opiniões coletadas se mostrasse também inviável pela grande quantidade de disciplinas, pensamos em fixar um número limitado delas para cada série. Todavia, se assim procedêssemos, estaríamos usando um critério artificial e nada justificável, já que a exigência aos professores dizia respeito unicamente à carga horária total.

Resolvemos, então, tomar a carga horária como critério. Como os limites eram 24 a 30, tomamos a mediana 27, como o número de horas-aula por série. Verificamos depois, que a Comunicação nº 4, elimi-

nando-se Ensino Religioso, contém 26 horas-aulas na primeira e 27 nas demais séries. Já que a diferença de uma hora-aula na primeira série não era significativa e 26 horas-aulas se mantêm ainda nos limites exigidos, optamos, finalmente, por adotar o mesmo total de carga horária da Comunicação nº 4, para maior facilidade de comparação.

A seleção das disciplinas foi feita de modo a incluir as que receberam maior número de indicação por série, arroladas por ordem até se completar a carga horária da série. Outrossim, tomamos, como carga horária de cada disciplina, a média por ela alcançada em cada série. A Tabela 4 contém as disciplinas que entrarão para o nosso modelo, com as respectivas cargas horárias. Achamos razoável também que se procedesse ao arredondamento das cargas horárias e que, no caso das disciplinas colocadas em último lugar na primeira, terceira e quarta séries, esse arredondamento fosse para menor para que o número total de carga horária de cada série não fosse ultrapassado.

É interessante notar que, ao contrário do que tínhamos, o número de disciplinas não se mostrou muito elevado. Assim é que, pela Tabela 4, temos 13 disciplinas nas duas primeiras séries e 12 na terceira e na quarta. Esses totais são, na verdade, ligeiramente superiores aos da Comunicação nº 4, (9, 11, 12 e 10, respectivamente), mas, se tomarmos o total das disciplinas nas quatro séries, teremos apenas 22, enquanto que a Comunicação nº 4 apresenta 26.

Antes de apresentarmos o modelo de currículo originado da Tabela 4, convém indagar se, em lugar de arrolarmos as disciplinas, tomando como base a sua classificação por série, não seria mais justo basearmos na sua classificação geral. Acontece, porém, que as 22 disciplinas escolhidas do modo acima exposto são

praticamente as mesmas que conseguiríamos se fizéssemos uma lista das 22 mais indicadas no geral. A diferença consistiria em que, desta última relação, não fariam parte as disciplinas Ciências Físicas, Técnicas Audio-Visuais de Educação e Técnicas de Avaliação do Rendimento Escolar, constando em seus lugares, Filosofia da Educação, Teoria Geral da Educação e Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau. Estas últimas,

porém, nos trariam dificuldades para decidirmos em que série colocá-las, já que não lograram classificação em nenhuma delas. Por esses motivos, preferimos manter o critério anterior, ressaltando, no entanto, que estas disciplinas, mesmo não entrando para o modelo, foram razoavelmente indicadas pelos professores.

Usando o mesmo esquema da Comunicação nº 4/75 — Secretaria de Educação, distribuimos na Tabela 6

TABELA 6 — MODELO CURRICULAR GERADO A PARTIR DAS SUGESTÕES DOS PROFESSORES

	Lei 5.692/71 Arts. 4º, 5º e 7º	MATERIAIS	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	CARGA HORÁRIA								
				SEMANAL				CRÉ- DI- TOS				
				SÉRIES								
				1ª	2ª	3ª	4ª					
EDUCAÇÃO GERAL	NÚCLEO COMUM RES. CFE 8/71	COMUNIC. E EXPRESS.	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	3	3	3	3	12				
		ESTUDOS SOCIAIS	História	2	—	—	—	2				
			Geografia	2	—	—	—	2				
	CIÊNCIAS	Organização Social e Política do Brasil	—	—	2	—	2					
		Matemática	3	2	—	—	5					
		Ciências Físicas	2	—	—	—	2					
ART. 7º DA LEI 5.692/71	Educação Artística	Ciências Biológicas	2	2	—	—	4					
		Educação Física	2	2	2	1	7					
		Educação Moral e Cívica	1	2	—	—	3					
PROGRAMAS DE SAÚDE												
EDUCAÇÃO GERAL — TOTAL				19	13	7	4	43				
FORMAÇÃO ESPECIAL	MÍNIMO PROFIS-SIONALIZANTE	PARECERES CFE 45/72 e 349/72	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO	Psicologia Aplicada à Educação	2	2	3	3	10			
				Sociologia Aplicada à Educação	2	2	2	2	8			
				História da Educação e Educação Brasileira	—	2	2	2	6			
				Filosofia da Educação	—	—	2	2	4			
				Biologia Aplicada à Educação	—	—	2	2	4			
	PARTE DIVERSIFICADA	DELIB. CEE 18/72	N.C. INST. R. CFE 8/71 Par. CFE 45/72	LITERATURA INFANTIL	Didática	2	2	2	2	8		
					Prática do Ensino	—	2	3	3	8		
					Metodologia do Ensino	—	2	3	3	8		
					ESTRUT. E FUNCION. DO ENSINO DE 1º GRAU							
					Técnicas de Avaliação do Rendimento Escolar	—	—	—	2	2		
Técnicas Audio-Visuais de Educação	—	—	—	2	2							
Educação Musical	1	2	—	—	3							
Desenho Pedagógico	—	—	1	—	1							
FORMAÇÃO ESPECIAL — TOTAL				7	14	20	23	64				
TOTAL GERAL				26	27	27	27	107				

as disciplinas e suas respectivas cargas horárias, constituindo tal quadro no modelo de currículo elaborado a partir das opiniões dos entrevistados.

Cabem aqui algumas explicações quanto à posição de duas disciplinas nesse quadro curricular. Uma delas é Educação Musical que, no rol de disciplinas apresentado aos professores, fazia parte de educação geral. Tal disciplina pode facilmente ser entendida como de educação geral no curso de primeiro grau, onde faria parte da matéria Comunicação e Expressão. cremos, entretanto, que, a nível de segundo grau, o seu conteúdo teria mais características de disciplina específica. Mormente num curso de formação de professores, onde normalmente ela é lecionada no sentido de dotar o futuro professor primário de conhecimentos necessários para, no primeiro grau, ministrá-la como atividade, área de estudos ou disciplina. Por isso a situamos na parte diversificada do modelo acima. E o fizemos no quadro reservado às disciplinas indicadas pela Del. CEE 18/72 e não no quadro reservado ao Núcleo Comum Instrumentalizado, não só porque neste já havia Literatura Infantil, pertencente à matéria Comunicação e Expressão, mas principalmente por ser Educação Musical uma das disciplinas indicadas por aquela deliberação.

A outra disciplina é Desenho Pedagógico, que não consta com esse nome da Deliberação CEE 18/72, mas sim como Desenho Didático. Interpretando como mera questão de nomenclatura (dois nomes de uma mesma disciplina), incluímos essa disciplina no quadro, mantendo a denominação que constava do questionário.

Comentaremos, a seguir, alguns aspectos em que o currículo apresentado pelo consenso dos professores se diferencia do proposto pela SE. As diferenças mais notáveis dizem respeito ao elenco de disciplinas.

Na parte de Educação Geral, duas referências a serem feitas. A primeira diz respeito à matéria Ciências que na Comunicação nº 4 contém duas disciplinas, Ciências Físicas e Biológicas e Matemática, enquanto que no modelo, além de Matemática, constam Ciências Físicas e Ciências Biológicas. Esta diferença é pouco significativa, já que no questionário constavam duas disciplinas (Ciências Físicas e Ciências Biológicas) e não uma (Ciências Físicas e Biológicas). Ademais, se o modelo difere da Comunicação nº 4, não transgride a legislação, pois esta oferece tal liberdade.

A segunda referência necessária na parte de Educação Geral, diz respeito a Programas de Saúde. Esta disciplina constava do questionário mas não conseguiu o número de indicações suficientes para entrar no modelo (25º lugar na classificação geral).

Na parte de Formação Especial, nos reportaremos, em primeiro lugar, ao mínimo profissionalizante, onde notamos discrepâncias nas três matérias obrigatórias. Em Fundamentos da Educação percebe-se a ausência, no

modelo, da disciplina Filosofia da Educação. Esta ausência já foi justificada quando explicávamos o critério por nós usado para a seleção das disciplinas que comporiam o modelo. Por outro lado, a falta de Filosofia da Educação num currículo de Formação de Professores, a nível de 2º grau, não o torna ilegítimo, já que não é obrigatória a inclusão dessa disciplina. Neste sentido, o Parecer 349/72 do CFE é bem claro quando, falando sobre os aspectos biológicos, psicológicos, sociológicos, históricos e filosóficos da matéria Fundamentos da Educação, afirma: "Estes aspectos não serão incluídos nos currículos, necessariamente, como disciplinas autônomas". Mais uma vez, então, o modelo oferecido pelos professores diverge da Comunicação nº 4, mas não contraria a Lei.

Na matéria Didática, repete-se, aproximadamente, a mesma situação que ocorrera com Ciências na parte de Educação Geral. Neste caso, enquanto a Comunicação arrola duas disciplinas, Metodologia do Ensino e Prática do Ensino — apresentando, contudo, carga horária apenas para a primeira — o modelo apresenta aquelas duas disciplinas mais Didática. Como sucedera acima, trata-se, apenas, de maior especificidade do modelo.

Estrutura e Funcionamento do Ensino do 1º Grau constitui-se na única disciplina obrigatória que não consta do modelo dos professores. Sua ausência, porém, já foi comentada neste trabalho quando falamos da não inclusão de duas outras disciplinas: Filosofia da Educação e Teoria Geral da Educação. Cumpre lembrar ainda que, apesar de haver uma distinção nítida entre Estrutura e Funcionamento do 1º Grau e Legislação do Ensino, não sabemos até que ponto os professores estavam conscientes dessa distinção para não dividirem suas preferências entre as duas e fazerem com que nenhuma somasse os pontos suficientes para entrar em uma ou outra série.

Na parte diversificada encontramos as seguintes divergências: enquanto que o modelo apresenta Educação Musical e Desenho Pedagógico, que não constam na Comunicação nº 4, deixa de apresentar Psicologia, Sociologia, Estudos Sociais, Redação e Expressão, Matemática Aplicada, Estatística Aplicada e Recreação e Jogos (ressalte-se que apenas as duas últimas constavam do questionário). Não podemos, entretanto, ser muito rigorosos neste aspecto, já que a legislação oferece ampla liberdade de opção, liberdade esta que não é transgredida na parte diversificada do modelo.

A distribuição das cargas horárias das disciplinas nas séries apresentou muitas diferenças como se pode notar ao se confrontar os dois currículos. Há grande divergência, pois, quanto ao tempo a ser dedicado às diferentes disciplinas comparado o modelo sugerido pelas respostas dos professores e a orientação dada pela Secretaria de Educação.

Já quanto aos totais de cargas horárias por série, houve grande semelhança entre os dois currículos no que se refere à relação entre Educação Geral e Formação Especial (Tabela 7). Assim, a Educação Geral entra na Comunicação nº 4 numa proporção do total que se distancia do modelo em pouco menos de 4% nas três séries iniciais para estabelecer uma completa coincidência na quarta série.

Ainda acerca da relação Educação Geral/Formação Especial, se considerarmos o total das cargas horárias das quatro séries, notaremos uma aproximação ainda maior entre os dois currículos. Como a Tabela 7 revela, enquanto na Comunicação nº 4 a Educação Geral entra numa proporção de 37,38% do total, no modelo dos professores esta proporção é de 40,19%; uma diferença, portanto, de apenas 2,81%.

Se computarmos os totais de horas-aulas de todos os questionários, veremos que as porcentagens se aproximam bastante das constantes da Tabela 7, acima. Assim é que, considerando-se Educação Musical como formação especial, temos, para Educação Geral, um percentual de 34,73% sobre o total. Percentual este que fica apenas 5,46% abaixo do computado no modelo, mantendo mais ou menos a mesma diferença que havia entre este e a Comunicação nº 4, ou seja, 2,65%. Tal diferença se torna surpreendentemente menor se considerarmos Educação Musical como disciplina da parte de Educação Geral, como constava no questionário, porque aí teremos 38,19% para o total dos questionários e 37,38% para a Comunicação nº 4, uma diferença, portanto, de apenas 0,81%.

### QUESTÃO III

Nesta questão, pedia-se aos professores que apontassem a importância que atribuíram às diversas áreas de opção apontadas pela Reforma de 1971 para o nível de 2º grau.

Na Tabela 8, apresentamos as opções constantes do questionário com as indicações recebidas em cada nível de importância, assim como as respectivas porcentagens sobre o total de indicações em cada opção. A ordem de classificação foi feita em correspondência à soma das frequências verificadas no nível "grande importância" e "regular importância".

Se considerarmos conjuntamente as indicações computadas em "grande importância" e em "regular importância" percebemos que todas as opções foram bastante prestigiadas. Há grande semelhança entre as porcentagens das três primeiras colocadas; pequena diferença destas para as três últimas que mantêm também certa correspondência entre si; mas a porcentagem nunca é inferior a 75%.

É outra a situação, se levarmos em conta apenas o nível "grande importância". Aí, se bem que a classificação se mantenha e as quatro primeiras opções ainda apresentem porcentagens superiores a 60%, diminuem bastante as porcentagens das duas últimas opções: Estudos Sociais para a 5ª e 6ª séries passa a ter apenas 38,7%, igual, portanto, à de "regular importância"; e Ciências para a 5ª e 6ª séries cai para 37,6%, inferior inclusive à categoria "regular importância".

TABELA 7

	1ª série		2ª série		3ª série		4ª série		Geral	
	CH	%	CH	%	CH	%	CH	%	CH	%
Com. nº 4	18	(69,23)	12	(44,44)	6	(22,22)	4	(14,81)	40	(37,38)
Modelo	19	(73,08)	13	(48,15)	7	(25,93)	4	(14,81)	43	(40,19)

TABELA 8

Classificação	Opções	Nenhuma		Pequena		Regular		Grande		Reg.+Gde.	
		Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
1º	1ª e 2ª séries	3	3,2	6	6,5	11	11,8	73	78,5	84	90,3
2º	Material e Jardim de Infância	3	3,2	9	9,7	20	21,5	61	65,6	81	87,1
3º	3ª e 4ª séries	3	3,2	9	9,7	22	23,7	59	63,4	81	87,1
4º	Com. e Expr. para 5ª e 6ª séries	10	10,8	8	8,6	17	18,3	58	62,4	75	80,6
5º	Est. Soc. para 5ª e 6ª séries	11	11,8	10	10,8	36	38,7	36	38,7	72	77,4
6º	Ciências para 5ª e 6ª séries	11	11,8	11	11,8	36	38,7	35	37,6	71	76,3

Ao analisarmos os dados, separando as escolas por entidade mantenedora ou por região, notamos que as diferenças mais relevantes se encontram nas três últimas opções, particularmente nas duas últimas. A título de

ilustração apresentamos abaixo a Tabela 9, onde são relacionadas as opções com as respectivas porcentagens obtidas em cada nível de importância, na Grande São Paulo e no Interior, e a Tabela 10, referente às escolas oficiais e particulares.

TABELA 9

OPÇÕES	GRANDE SÃO PAULO				INTERIOR			
	Nenh.	Peq.	Reg.	Gde.	Nenh.	Peq.	Reg.	Gde.
1ª e 2ª séries .....	5,9	2,9	14,7	76,5	1,7	8,5	10,2	79,7
Maternal e Jardim de Infância .....	5,9	2,9	17,6	73,5	1,7	13,6	23,7	61,0
3ª e 4ª séries .....	5,9	5,9	29,4	58,8	1,7	11,9	20,3	66,1
Com. e Expr. para 5ª e 6ª séries .....	11,8	8,8	14,7	64,7	10,2	8,5	20,3	61,0
Est. Soc. para a 5ª e 6ª séries .....	14,7	8,8	35,3	41,2	10,2	11,9	40,7	37,3
Ciências para a 5ª e 6ª séries .....	14,7	11,8	32,4	41,2	10,2	11,9	42,4	35,6

TABELA 10

OPÇÕES	OFICIAL				PARTICULAR			
	Nenh.	Peq.	Reg.	Gde.	Nenh.	Peq.	Reg.	Gde.
1ª e 2ª séries .....	1,8	7,3	10,9	80,0	5,3	5,3	13,2	76,3
Maternal e Jardim da Infância .....	1,8	9,1	23,6	65,5	5,3	10,5	18,4	65,8
3ª e 4ª séries .....	1,8	10,9	23,6	63,6	5,3	7,9	23,7	63,2
Com. e Expr. para a 5ª e 6ª séries .....	10,9	9,1	23,6	56,4	10,5	7,9	10,5	71,1
Est. Soc. para a 5ª e 6ª séries .....	10,9	12,7	43,6	32,7	13,2	7,9	31,6	47,4
Ciências para a 5ª e 6ª séries .....	10,9	14,5	43,6	30,9	13,2	7,9	31,6	47,4

Vemos que as opções consideradas de maior importância são mesmo as de 1ª e 2ª séries, quer consideremos professores da Grande São Paulo, quer do Interior, ou professores de escolas particulares, ou oficiais. Quanto ao Maternal e Jardim de Infância é bem mais valorizado por professores da Grande São Paulo do que do Interior.

#### QUESTÃO V

Como se pode observar no questionário, nesta questão se solicitava do professor que, de acordo com sua opinião, assinalasse a frequência (nenhuma, pequena, regular ou grande) com que os alunos de sua escola tinham oportunidade de participar de cada uma das 32 atividades arroladas com base em dados bibliográficos e empíricos, modificando uma escala anteriormente elaborada pela professora Aparecida Joly Gouveia<sup>4</sup>.

Considerados os itens individualizados, verificamos que os alunos têm pouquíssima oportunidade de participar de reuniões de pais, de APM, etc., em escolas de 1º grau, de reuniões pedagógicas (ambas no sentido de estágio), frequentar cursos intensivos sobre assuntos educacionais e visitar escolas rurais ou de bairros menos favorecidos. Menos de 50% têm oportunidade de conhecer os níveis de desempenho e atribuições do pessoal que compõe o quadro de ensino, observar a organi-

zação e o funcionamento da unidade escolar, participar de atividades de recuperação de alunos da escola de 1º grau, participar da elaboração de avaliação do aproveitamento de alunos da escola de 1º grau. E apenas 46% têm grande oportunidade de observar o recreio dos alunos da escola de 1º grau, e 25% praticamente nenhuma. Arrolamos abaixo outros itens para os quais foram apontadas pequena ou nenhuma oportunidade em alta frequência:

- examinar programas de ensino;
- organizar conteúdos específicos em forma de atividades;
- elaborar atividades que desenvolvam a expressão infantil;
- elaborar atividades que desenvolvam o raciocínio infantil;
- elaborar atividades que desenvolvam a integração da criança no meio físico e social;
- realizar pesquisas de campo sobre a comunidade;
- visitar instituições educacionais especializadas.

Para termos uma idéia mais globalizada das oportunidades educacionais que oferece o curso de formação de professores a nível de 2º grau, na opinião dos professores, agrupamos os itens da questão V para analisá-los em sub-conjuntos segundo dois critérios. O primeiro critério nos levou a agrupar os itens em quatro categorias, quanto à natureza da atividade proposta:

<sup>4</sup> Gouveia, A. J., *Professores de Amanhã*, um estudo de escolha ocupacional, Livraria Pioneira Ed., 1970, São Paulo.

- 1° — Regência (item 1).  
 2° — Participação (itens 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25).  
 3° — Observação (itens 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32).  
 4° — Enriquecimento (itens 3, 11, 12, 13, 14 e 18).

Segundo este critério de agrupamento verificamos pelos dados obtidos (Tabela 11) que, na opinião dos professores, somente 47,8% dos alunos têm *grande oportunidade* de participar de atividades de regência, e que 45% dos alunos têm apenas *regular* ou *pequena oportunidade* de praticar a regência, como ainda *regular* ou *pequena oportunidade* de ter atividades de participação, observação e enriquecimento. Assim, na atividade de Regência o índice de *grande oportunidade* não chega a 50% e nas outras categorias, se bem que haja uma concentração que alcança mais de 50% em *regular*, as porcentagens de *grande oportunidade* não ultrapassam 16%.

TABELA 11

Atividades	Nenhuma (%)	Pequena (%)	Regular (%)	Grande (%)
Regência	6,5	16,3	29,3	47,8
Participação	3,3	22,8	66,3	7,6
Observação	1,1	27,2	56,5	15,2
Enriquecimento	3,2	32,3	54,8	9,7

Um segundo critério para análise desses itens nos levou a agrupá-los em outras quatro categorias conforme se referissem a aspectos relacionados a:

*Clientela* (itens 2, 17 e 27);

*Currículo* (itens 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 21, 22, 23, 24 e 26);

*Estrutura e funcionamento de Ensino* (itens 25, 28, 29, 30 e 31);

*Atividades Complementares de Formação* (itens 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20 e 32).

TABELA 12

Atividades Relativas a	Nenh. (%)	Pequena (%)	Regular (%)	Grande (%)
Clientela	3,3	22,8	48,9	25,0
Currículo	3,3	17,4	60,9	18,9
Estrutura e Funcionamento	4,3	47,3	40,9	7,5
Atividades Complementares	2,2	45,2	47,3	5,4

Observamos que a grande concentração de oportunidades de tomada de conhecimento e tratamento de aspectos relativos a estas categorias se concentram no nível *regular* e *pequena oportunidade* havendo um índice baixíssimo de *grande oportunidade* para os alunos quanto às atividades complementares de formação, atividades relativas a currículo e itens relacionados com estrutura e funcionamento do ensino (47,3% na categoria de "pequena" oportunidade).

Tanto através do agrupamento dos itens pelo primeiro critério, quanto pelo segundo, a distribuição das porcentagens nas diversas categorias mostrou-se grosso modo, semelhante na Grande São Paulo e no Interior, ou seja, maior freqüência para *grande oportunidade* para Regência e *regular oportunidade* para Participação, Observação e Enriquecimento. As freqüências, no entanto, variam. Enquanto na Grande São Paulo temos apenas 38,2% de *grande oportunidade* para Regência, no Interior temos 53,4%, ou seja, nas escolas do Interior parece haver maior oportunidade para os alunos praticarem aulas. Também as escolas do Interior oferecem maiores oportunidades de conhecimentos sobre a clientela da escola primária (Vide Tabelas 13 e 14).

TABELA 13

ATIVIDADES	GRANDE SÃO PAULO				INTERIOR			
	Nenhuma	Pequena	Regular	Grande	Nenhuma	Pequena	Regular	Grande
Regência	14,7	20,6	26,5	38,2	1,7	13,8	31,0	53,4
Participação	8,8	23,5	61,8	5,9	—	22,4	69,0	8,6
Observação	2,9	35,3	44,1	17,6	—	22,4	63,8	13,8
Enriquecimento	2,9	29,4	61,8	5,9	3,4	33,9	50,8	11,9

TABELA 14

ATIVIDADES RELATIVAS A	GRANDE SÃO PAULO				INTERIOR			
	Nenhuma	Pequena	Grande	Grande	Nenhuma	Pequena	Regular	Grande
Clientela	8,8	32,4	38,2	20,6	—	17,2	55,2	27,6
Currículo	8,8	17,6	58,8	14,7	—	17,2	62,1	20,7
Estrutura e Funcionamento	8,8	47,1	44,1	—	1,7	47,5	39,0	11,9
Atividades Complementares	2,9	47,1	47,1	2,9	1,7	44,1	47,5	6,8

feita por outro professor, isto é, por um supervisor de estágios. Na Grande São Paulo encontrou-se um caso, da rede particular de ensino, em que nenhuma orientação é dada aos alunos no que se refere a estágio.

Na rede oficial de ensino, excetuando-se os casos em que o acompanhamento é feito pelo supervisor de estágios, somente em uma escola a orientação é feita apenas em classe. Nas demais, o professor em algumas oportunidades acompanha seus alunos em sala de aula. Já na rede particular a situação inverte-se. Apenas uma escola da amostra apresenta o professor acompanhando seus alunos. Estas, com exceção de uma, não possuem primário anexo e funcionam, em sua maioria, no período noturno. Além disto, acrescenta-se aqui o fato de um grande número de alunos destas escolas, principalmente no Interior, residir em cidades diferentes daquelas onde estudam, realizando, portanto, seus estágios na sua cidade de origem. Fica assim o professor sem condições de acompanhar seus alunos. O estágio supervisionado, nestes casos, passa a ser uma troca de idéias a respeito do que foi visto em sala-de-aula pelos alunos.

Para finalizar este tópico, é interessante que se faça um comentário sobre a existência do supervisor de estágios na escola. Este supervisor encarrega-se da organização e planejamento de todas as atividades que serão exercidas pelos alunos. Este planejamento é feito com a participação de todos os professores da área de Educação, mas a execução fica a cargo apenas do supervisor. Numa escola oficial do Interior um professor criticou esta medida mostrando que o professor de Metodologia fica completamente desligado da prática dos alunos. Sua participação na formação metodológica permanece num nível teórico e, portanto, artificial. Aspectos da metodologia do ensino que são apresentados para os alunos são vistos apenas teoricamente, não podendo o professor avaliar até que ponto esta teoria foi colocada em prática. Em contraposição, escolas onde o professor de Metodologia é quem supervisiona os estágios, encontramos grande interesse na presença de um supervisor de estágios, considerada uma boa medida que deveria ser adotada em todos os estabelecimentos onde funciona o curso de formação de Professores, evitando assim sobrecarga de trabalho para o professor de Metodologia.

Duas posições contrárias podem ser claramente observadas a partir do que acima foi exposto. Onde o supervisor de estágio existe, sua atuação não é considerada ideal. Nas escolas onde o supervisor é conhecido teoricamente apenas, sua presença é encarada como necessária e ideal.

#### d. *Relacionamento entre professores do Normal com o Curso Primário*

Nas escolas estaduais o relacionamento entre professores do Normal e o curso primário realiza-se, conforme opinião mais genérica dos professores entrevistados, de forma satisfatória. Em alguns casos os

professores do Normal reúnem-se, juntamente com os normalistas, com o diretor e professores do 1º grau, para troca de idéias sobre objetivos e forma de relacionamento. No interior, foi citado um caso de colaboração da Delegacia de Ensino que vai proporcionar a participação das normalistas junto ao MOBREAL. Poucas foram as reclamações neste sentido. Poucos professores consideraram faltar total entrosamento ou haver atritos sérios. Estes atritos às vezes ocorrem porque os professores do primário acham que o estagiário perturba a aula com sua presença. Houve um caso em que a receptividade não foi considerada boa, mas isto em outras escolas. Nestas, as normalistas são encaradas como fiscais pelos professores do primário deixando assim de existir um bom relacionamento.

No caso das escolas particulares, apareceu uma diferença de opinião entre Grande São Paulo e Interior. No Interior, apenas um professor considerou insatisfatório o relacionamento, alegando que o diretor põe obstáculos para a realização dos estágios sendo que algumas escolas não aceitam a presença de estagiárias. As demais contam com a colaboração da Inspeção e da Delegacia de Ensino. A escola particular apresenta seu planejamento para as escolas estaduais. Se aprovado, é homologado por ofício e os estabelecimentos estaduais determinam o número de horas e o número de alunos que irão realizar o estágio.

Na Grande São Paulo, apenas um professor afirmou ser este relacionamento satisfatório, participando o Normal, em reuniões bimestrais, dos planejamentos do 1º Grau. Nas demais escolas, o relacionamento foi visto como insatisfatório pela falta de colaboração dos professores primários, pela falta de aceitação do estagiário que é considerado, segundo uma professora, "empregadinho do professor" e pelo fato de o primário anexo ser considerado escola cara, onde os pais das crianças não gostam da intromissão de estagiários. Ou seja, existe a escola primária anexa, mas não pode ser usada para estagiário.

#### e. *Quanto à reforma de 1968 (Decreto 50.133/68)*

Foram poucos os professores, tanto da rede oficial de ensino como da particular, que consideraram boa a reforma implantada no Estado de São Paulo em 1968. Estes poucos consideram que o aluno adquire uma bagagem cultural maior, embora os dois primeiros anos do curso colegial encaminhem o aluno preferentemente para outras áreas e não para a opção Educação.

De outro lado, encontram-se as opiniões desfavoráveis sobre esta reforma. Dois anos de profissionalização é considerado pouco para especializar o professor primário. Os alunos apresentam dificuldades para entender as matérias com enfoque educacional pois não tiveram, nos dois anos básicos, a parte geral. Este seria o caso de Psicologia e Sociologia principalmente. Consideraram, portanto, que uma carga profissionalizante já

deveria ser dada nos dois primeiros anos do 2º Grau. Aqui se destaca o problema dos alunos que fazem o curso em apenas um ano, realizando, ao mesmo tempo, cursos paralelos. Esta abertura, legalizada pela reforma, acarreta sérios problemas para o curso. Embora, para fazer o 4º ano, os alunos tenham que fazer exame de adaptação, na opinião dos professores este é facilitado para que o reduzido número de inscritos passem e garantam a formação de classes.

De acordo com um professor, o importante não é a reestruturação do curso mas sim uma melhor seleção dos alunos para o curso deixando este de ser encarado como profissionalização rápida, com diploma garantido.

f. *Quanto à lei 5.692/71*

A apreciação feita pelos professores a respeito da reforma de 1971 foi bastante positiva embora, em alguns casos, tenham conhecimento dela apenas teoricamente. Pessoalmente falando, parecem ver nessa reforma a solução para os problemas que o curso de Formação de Professores vem enfrentando. Contando, ainda, com apenas dois anos para a profissionalização, consideram boa a medida de estender o curso para quatro anos. Com um prazo maior, o futuro professor receberá uma formação intercalada por matérias de cunho geral e matérias específicas. Há também a possibilidade, no último ano, de fazer opções que atendam ao interesse dos alunos. Além da garantia de melhor profissionalização, julgam os professores que a opção no 1º ano do 2º Grau para a área educacional fará com que os alunos se integrem mais à idéia de serem professores primários. Embora vejam que esta medida poderá diminuir ainda mais a procura do curso, consideram que haverá melhor seleção dos alunos. Só procurará esta opção o que realmente tenha vontade de vir a ser professor. Quanto à duração do curso, alguns professores opinaram que poderia ser ainda maior. Um sugeriu seis anos, com os dois últimos dedicados apenas à prática, e outro considerou ideal ser realizado em nível superior, embora considere importante o atendimento àquela faixa da população que não tem condições de fazer um curso superior.

Alguns comentários foram feitos quanto à viabilidade de se colocar em prática as determinações originadas pela reforma. É o caso do funcionamento do Conselho de classe e a prática do estágio supervisionado para os alunos que fazem o curso à noite. A questão dos cursos noturnos é considerada aliás, bastante crítica.

g. *Quanto à integração entre professores para desenvolvimento de programas*

De modo geral, declaram os professores que há reuniões para organizar o programa da área educacional. Estas reuniões variam em tipo, frequência e conteúdo de escola para escola. Problemas colocados

quanto a este aspecto dizem respeito à execução do planejamento feito, nem sempre cumprido, havendo descontinuidades ou simplesmente abandono do planejado. Colocam ainda a questão de dificuldades para a aceitação de inovações por parte do corpo docente e, também, falta de oportunidade para os professores se reunirem e debaterem os problemas da escola mais informalmente, prevalecendo as reuniões de caráter mais formal e burocrático para cumprimento de determinações legais.

Foi assinalado, principalmente nas escolas particulares do interior com funcionamento à noite, uma ausência total de relacionamento entre os professores. Estes quase nunca se encontram pela falta de tempo e acúmulo de trabalho. É o caso de professores que desconheciam inclusive se a reforma já tinha ou não sido implantada no estabelecimento.

h. *Quanto à clientela do curso após a reforma de 1968*

Os professores foram quase unânimes ao opinarem sobre o nível cultural e intelectual de seus alunos. Exceto um professor, que considera não ter ocorrido mudanças quanto a este nível, e outro, que o vê como sendo de médio para bom, os demais professores opinaram que houve uma queda sensível de nível. Enquanto os alunos são vistos agora como mais extrovertidos e sociáveis, por outro lado são encarados como possuidores de baixo nível cultural e intelectual. Além de lhes faltar interesse e motivação pelo curso, não têm o hábito de ler, pesquisar. Os alunos que vêm do supletivo, apesar de mais maduros e colaboradores, são considerados quase semi-analfabetos.

Um dos professores entrevistados reclamou das atitudes de professores de outras áreas que recomendam, para cursar o Normal, os alunos considerados "fracos", com nível intelectual inferior. Esta atitude, segundo o professor, acarreta para o curso e para os professores que nele lecionam, um desprestígio dentro do próprio estabelecimento.

Poucos professores consideraram haver um interesse real pelo curso por parte dos alunos. Os que apresentam esse interesse são poucos, sendo muito maior o número de desinteressados, que fazem o curso por motivos outros que não o de ser professor primário. Este fato foi justificado por vários professores, que mostraram o desprestígio social e salarial da carreira do magistério, principalmente do primário, e a dificuldade de mercado de trabalho para os novos formados.

Essa grande maioria desinteressada faz o curso por motivos vários tais como: o curso é mais fácil, apresenta a garantia de um diploma, conta como título para promoção e possibilita a entrada em cursos superiores. Existem ainda os que procuram o curso por imposição dos pais que almejam para seus filhos um futuro "garantido" pelo diploma que o curso fornece.

Alguns dos alunos dessas escolas já são formados por faculdades e voltaram a fazer o Normal pelo título que representa e pelos pontos que garante para promoção.

Apesar disso, declaram que os alunos acabam se envolvendo com o curso, porém este envolvimento ocorre em relação às matérias estudadas e não no sentido do gosto pelo magistério.

Poucos professores fizeram comentários sobre a interferência ou não de estudos paralelos no curso. Alguns consideram que a interferência é positiva pela possibilidade de transferência de aprendizagem, maiores oportunidades para discussões, relações entre matérias cursadas em níveis diferentes. Ao lado desta interferência positiva, os demais professores a consideraram negativa, pois o interesse pela faculdade é maior, e a sobrecarga de trabalho gera muito cansaço. Houve um caso em que o horário de funcionamento dos dois cursos coincidia, isto é, à noite, sendo que os alunos se revezavam num e noutro para acompanhá-los.

### III — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as entrevistas tenham aprofundado mais os aspectos levantados no questionário, a análise de ambos

mostra-nos extrema coerência nas avaliações dos professores sobre as condições do curso de formação de professores a nível de 2º Grau (Normal). Em ambos fica claro que este curso, em seu funcionamento, tem deficiências sérias e que estas podem condicionar uma formação inadequada ou insuficiente para o profissional que deverá responder pelo ensino de 1ª a 4ª séries de 1º grau.

Ressalta da análise do questionário, especialmente da questão V, e das entrevistas, que a formação dada aos alunos destes cursos não tem condições para habilitá-los a elaborar atividades que desenvolvam a expressão da criança, seu raciocínio, e sua integração ao meio físico e social. O problema se agrava ainda mais nos casos em que os alunos só fazem a 4ª série do curso. Pouco se faz também no sentido de dar-lhes um conhecimento adequado sobre a clientela com que vão trabalhar, que quase nunca corresponde às descrições ideais dos manuais de psicologia. A oportunidade para exercitar a prática de uma aula é pequena durante o curso. A maioria dos professores declara que, embora o curso possa ser considerado adequado do ponto de vista da teoria é inadequado do ponto de vista da prática, saindo os alunos sem condições de lidar de fato com situações de sala-de-aula.

ANEXO 1

COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA DE ESCOLAS

D. R. E.	OFICIAIS			PARTICULARES		
	nº total de escolas	amostra prevista (nºs)	amostra obtida (nºs)	nº total de escolas	amostra prevista (nºs)	amostra prevista (nºs)
01. Grande São Paulo .....	30	10	10	66	11	9
02. Litoral .....	7	1	1	7	1	1
03. Vale do Paraíba .....	11	1	1	7	1	1
04. Sorocaba .....	21	2	2	11	1	0
05. Campinas .....	35	5	5	14	2	1
06. Ribeirão Preto .....	39	5	4	12	2	2
07. Bauru .....	25	3	2	8	2	2
08. S. J. do R. Preto .....	26	4	2	6	1	0
09. Araçatuba .....	12	2	2	6	1	1
10. Pres. Prudente .....	16	3	3	3	1	1
11. Marília .....	4	1	1	7	1	1
<b>T O T A L</b> .....	<b>226</b>	<b>37</b>	<b>33</b>	<b>147</b>	<b>24</b>	<b>19</b>

ANEXO 2

QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES

Nº .....

1. Disciplina que leciona:
    - Psicologia Aplicada à Educação
    - Metodologia e Prática do Ensino
  2. Divisão Regional de Educação: .....
  3. DESN: .....
  4. Município: .....
  5. Nome do Estabelecimento: .....
  6. Rede de Ensino
    - Oficial
    - Particular
  7. Período
    - Manhã
    - Tarde
    - Noite
  8. Há quantos anos você leciona no Curso de Formação de Professores a nível de 2º Grau?
 

.....
  9. Você é professor
    - concurado
    - contratado
  10. Formação: Curso de .....
- 
1. Na página seguinte encontrará uma relação de matérias abrangendo Educação Geral e Formação Especial. *Sem se preocupar com a estrutura curricular do seu estabelecimento*, selecione apenas as matérias que, na sua opinião, são indispensáveis para a composição de um currículo do Curso de Formação de Professores das quatro primeiras séries do 1º Grau.
- Indique, para cada matéria escolhida, o número de aulas semanais que são, a seu ver, suficientes em cada série. Considere, *para cada série*, um *mínimo* de 24 aulas semanais e um *máximo* de 30 aulas semanais.
- Deixe em branco os espaços correspondentes às matérias que não foram escolhidas.

MATERIAS DE EDUCAÇÃO GERAL	SÉRIES				MATERIAS DE FORMAÇÃO ESPECIAL	SÉRIES			
	1*	2*	3*	4*		1*	2*	3*	4*
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira					Fundamentos da Educação				
Inglês					Biologia Aplicada à Educ. e Saúde Pública				
Francês					Didática				
Geografia					Prática do Ensino de 1º Grau				
História					Metodologia Especial das Atividades, Áreas de Estudo e Disciplinas do Ensino de 1º Grau				
Organização Social e Polí- tica Brasileira					Psicologia Educacional				
Matemática					Sociologia Educacional				
Ciências Físicas					Teoria Geral da Educação				
Ciências Biológicas					Educação Comparada				
Educação Moral e Cívica					Educação Doméstica				
Educação Física					Educação Pré-Primária				
Educação Artística					Desenho Pedagógico				
Educação Musical					Arte Dramática e Teatro Infantil				
Programas de Saúde					Artes Plásticas				
TOTAL DE AULAS SEMANAIS					Recreação e Jogos				
					Orientação Profissional				
					Filosofia da Educação				
					História da Educação e Educação Brasileira				
					Legislação Escolar				
					Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau				
					Pesquisa em Educação				
					Estatística Aplicada à Educação				
					Técnicas Audio-visuais de Educação				
					Literatura Infantil				
					Técnicas de Avaliação do Rendim. Escolar				
					Técnicas de Educação Física				
					Noções de Agricultura e Zootecnia				
					Higiene e Puericultura				
					Enfermagem				
					TOTAL DE AULAS SEMANAIS				

II. Além das matérias arroladas no item I outras podem ser consideradas necessárias para constarem de um currículo do Curso de Formação de Professores das quatro primeiras séries do 1º Grau. Se este for o caso, cite-as abaixo especificando em que série a colocaria e qual a carga horária:

Matéria	Série	Carga horária semanal

III. A reforma instituída a partir de 1971 estabeleceu as áreas de opção mencionadas abaixo para o Curso de Formação de Professores, a nível de 2º Grau. Segundo sua opinião, qual a importância de cada

uma delas tendo em vista as necessidades do ensino primário no Estado de São Paulo? (Faça um círculo em torno do número correspondente à sua opinião).

	Grande importância	Regular importância	Pequena importância	Nenhuma importância
1. Maternal e Jardim da Infância .....	3	2	1	0
2. 1ª e 2ª séries .....	3	2	1	0
3. 3ª e 4ª séries .....	3	2	1	0
4. Comunicação e Expressão para 5ª e 6ª séries .....	3	2	1	0
5. Estudos Sociais para 5ª e 6ª séries .....	3	2	1	0
6. Ciências para 5ª e 6ª séries .....	3	2	1	0

IV. Considerando as necessidades do ensino primário no Estado de São Paulo, teria outras áreas de opção a sugerir para o Curso de Formação de Professores, a nível de 2º Grau? Indique-as abaixo:

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

V. Na escola em que trabalha, com que frequência os alunos têm oportunidade de participar das atividades específicas abaixo? (Faça um círculo em torno do número correspondente à sua opinião).

	Grande	Regular	Pequena	Nenhuma
1. Dar aulas em classes de 1º Grau .....	3	2	1	0
2. Conversar a respeito das dificuldades das crianças na escola .....	3	2	1	0
3. Examinar programas de ensino .....	3	2	1	0
4. Conversar sobre métodos e técnicas de ensino ....	3	2	1	0
5. Conhecer técnicas de dinâmica de grupo para o ensino de 1º Grau .....	3	2	1	0
6. Conhecer o conteúdo do núcleo comum do 1º Grau	3	2	1	0
7. Organizar conteúdos específicos em forma de atividades .....	3	2	1	0
8. Organizar planos de aula .....	3	2	1	0
9. Participar da elaboração de avaliação do aproveitamento de alunos da escola de 1º Grau .....	3	2	1	0
10. Confeccionar material didático .....	3	2	1	0
11. Conhecer revistas especializadas em assuntos de educação .....	3	2	1	0
12. Examinar livros didáticos para a escola de 1º Grau	3	2	1	0
13. Examinar materiais didáticos para a escola de 1º Grau .....	3	2	1	0
14. Ler livros sobre educação .....	3	2	1	0
15. Conversar a respeito de problemas brasileiros de educação .....	3	2	1	0
16. Conversar com professores primários .....	3	2	1	0
17. Realizar pesquisas de campo sobre a comunidade	3	2	1	0
18. Freqüentar cursos intensivos sobre assuntos educacionais .....	3	2	1	0
19. Participar de reuniões pedagógicas em escolas de 1º Grau .....	3	2	1	0
20. Participar de reuniões de pais, da APM, etc., em escolas de 1º Grau .....	3	2	1	0
21. Participar de atividades de recuperação de alunos da escola de 1º Grau .....	3	2	1	0
22. Elaborar atividades que desenvolvam a expressão infantil .....	3	2	1	0
23. Elaborar atividades que desenvolvam o raciocínio infantil .....	3	2	1	0
24. Elaborar atividades que desenvolvam a integração da criança no meio físico e social .....	3	2	1	0
25. Conhecer os níveis de desempenho e atribuições do pessoal que compõe o quadro do ensino .....	3	2	1	0
26. Observar aulas em escolas de 1º Grau .....	3	2	1	0
27. Observar o recreio dos alunos da escola de 1º Grau	3	2	1	0
28. Visitar escolas localizadas em bairros pobres ....	3	2	1	0
29. Visitar escolas rurais .....	3	2	1	0
30. Visitar escolas particulares .....	3	2	1	0
31. Observar a organização e o funcionamento da unidade escolar .....	3	2	1	0
32. Visitar instituições educacionais especializadas, oficiais ou particulares. ....	3	2	1	0

## ANEXO 3

## QUADRO I

## DISCIPLINAS OPTATIVAS OFERECIDAS PELAS ESCOLAS

DISCIPLINAS	OFICIAL		PARTICULAR	
	G.S.P.	INT.	G.S.P.	INT.
1. Educação Musical .....	6	11	1	2
2. Técnicas Audio-Visuais de Educação .....	4	4	1	1
3. Pesquisas e Medidas em Educação .....	3	2	—	1
4. Desenho (Pedagógico, Infantil) .....	5	8	—	1
5. Artes Plásticas .....	2	—	—	—
6. Sistema Estadual de Ensino e sua Legislação ....	1	3	—	—
7. Educação Familiar .....	1	1	—	—
8. Inglês .....	—	1	1	—
9. Pedagogia .....	—	—	1	—
10. Psicologia .....	—	—	1	—
11. Arte Dramática .....	—	—	—	1

## QUADRO II

## DISCIPLINAS DA PARTE DIVERSIFICADA OFERECIDAS PELAS ESCOLAS

DISCIPLINAS	OFICIAL		PARTICULAR	
	G.S.P.	INT.	G.S.P.	INT.
1. Psicologia .....	2	10	1	2
2. Sociologia .....	2	11	—	1
3. Técnicas de Avaliação do Rendimento Escolar ..	—	5	—	—
4. Estatística Aplicada .....	—	5	1	—
5. Recreação e Jogos .....	—	4	1	—
6. Técnicas Audio-Visuais de Educação .....	—	4	3	2
7. Estudos Sociais .....	—	4	—	—
8. Redação e Expressão .....	—	5	2	2
9. Matemática Aplicada .....	—	4	2	2
10. Língua Portuguesa e Literatura Infantil .....	—	5	4	2
11. Ensino Religioso .....	—	1	—	—
12. Teoria Geral da Educação .....	—	1	—	—
13. Programas de Saúde .....	—	1	—	1
14. Português .....	—	1	—	1
15. Inglês .....	—	1	—	—
16. Matemática e Estatística .....	—	—	1	—
17. Educação Artística .....	—	—	1	—
18. Pedagogia Catequética .....	—	—	1	—
19. Técnica de Educação Física Infantil .....	—	—	1	—
20. História da Educação e Educação Brasileira ....	—	—	1	—
21. Artes Aplicadas .....	—	—	—	1
22. Física Geral .....	—	—	—	1
23. Técnica e Metodologia da Redação .....	—	—	—	1
24. Educação Musical .....	—	—	—	1
25. Desenho .....	—	—	—	1
26. Desenho Didático .....	—	—	—	1
27. Estatística .....	—	—	—	1
28. Filosofia da Educação .....	—	—	—	1
29. História Geral .....	—	—	—	1
30. Complementação de Matemática .....	—	—	—	1

## ANEXO 4

### DESCRIÇÃO DOS PROFESSORES DA AMOSTRA POR TEMPO DE MAGISTÉRIO

Por tempo de magistério no Curso de Formação de Professores, a nível de 2º Grau, os professores se distribuem da seguinte forma:

Tempo em anos	Nº de profs.	%
0 — 1	12	13,2
2 — 5	26	28,6
6 — 10	22	24,2
11 — 15	10	11,0
16 ou mais	21	23,1
<b>Totais</b>	<b>91</b>	<b>100,0</b>

Nota: 2 professores não responderam a questão.

Houve, como se pode depreender do quadro, uma maior concentração de professores nos anos iniciais de magistério: 41,8% de 0 a 5 anos. Contribuíram, para esta concentração, muito mais as escolas particulares. Assim, tratando separadamente professores de escolas oficiais e professores de escolas particulares temos:

Tempo em anos	Oficiais		Particulares	
	Nº profs.	%	Nº profs.	%
0 — 1	2	3,8	10	26,3
2 — 5	10	18,9	16	42,1
6 — 10	14	26,4	8	21,1
11 — 15	7	13,2	3	7,9
16 ou mais	20	37,7	1	2,6
<b>Totais</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>	<b>38</b>	<b>100,0</b>

Percebe-se, então, que, enquanto entre os professores de escolas oficiais, os que têm mais de 10 anos de magistério representam 50,9%, entre os de escolas particulares há maior concentração nos que contam com menos de 6 anos de magistério (68,4%).

### PROFESSORES SEGUNDO SUA SITUAÇÃO FUNCIONAL

Quanto aos professores de escolas particulares, nenhuma referência especial a ser feita, já que todos (38) são contratados. Os de escolas oficiais apresentam a seguinte situação:

Situação	Nº profs.	%
concursado	33	60,0
contratado	18	32,7
estável	4	7,3
<b>Totais</b>	<b>55</b>	<b>100,0</b>

### PROFESSORES QUANTO A FORMAÇÃO

Quanto à formação, os professores se distribuem da seguinte maneira:

Curso	Nº profs.	%
Pedagogia	73	78,5
Pedagogia mais um Curso Superior	15	16,1
Normal	2	2,2
Outros	3	3,2
<b>Totais</b>	<b>93</b>	<b>100,0</b>

Temos, então, que 94,6% dos professores possuem Curso de Pedagogia, sendo que 16,1% possuem ainda outro curso superior.

A N E X O 5

RESPOSTA A QUESTAO V — GRANDE SAO PAULO E INTERIOR

GRANDE SAO PAULO				INTERIOR			
Nenh.	Peq.	Reg.	Gde.	Nenh.	Peq.	Reg.	Gde.
14.7	20.6	26.5	38.2	1.7	13.8	31.0	53.4
5.9	11.8	20.6	61.8	—	8.5	33.9	57.6
8.8	29.4	32.4	29.4	8.6	24.1	37.9	29.3
8.8	5.9	23.5	61.8	1.7	3.4	32.8	62.1
14.7	32.4	29.4	23.5	1.7	32.2	40.7	25.4
14.7	8.8	17.6	58.8	—	12.1	50.0	37.9
11.8	29.4	38.2	20.6	5.3	24.6	50.9	19.3
2.9	5.9	23.5	67.6	—	6.8	27.1	66.1
35.3	32.4	20.6	11.8	19.0	34.5	29.3	17.2
3.0	15.2	36.4	45.5	1.7	5.1	35.6	57.6
14.7	29.4	35.3	20.6	8.6	20.7	41.4	29.3
2.9	20.6	50.0	26.5	6.8	23.7	45.8	23.7
8.8	26.5	35.3	29.4	3.4	19.0	34.5	43.1
2.9	11.8	32.4	52.9	6.9	15.5	36.2	41.4
8.8	17.6	41.2	32.4	3.4	13.8	44.8	37.9
5.9	17.6	32.4	44.1	—	11.9	35.6	52.5
29.4	38.2	17.6	14.7	8.8	35.1	38.6	17.5
35.3	44.1	11.8	8.8	44.1	39.0	10.2	6.8
52.9	29.4	11.8	5.9	51.8	26.8	17.9	3.6
52.9	29.4	11.8	5.9	40.4	40.4	15.8	3.5
32.4	20.6	14.7	32.4	29.3	25.9	19.0	25.9
11.8	23.5	35.3	29.4	5.3	21.1	47.4	26.3
29.4	17.6	29.4	23.5	3.4	27.6	50.0	19.0
17.6	29.4	35.3	17.6	5.1	23.7	49.2	22.0
17.6	35.3	35.3	11.8	16.9	35.6	25.4	22.0
—	20.6	14.7	64.7	—	3.4	25.4	71.2
17.6	20.6	20.6	41.2	1.7	15.3	33.9	49.2
20.6	20.6	23.5	35.3	7.0	38.6	26.3	28.1
76.5	8.8	8.8	5.9	21.1	43.9	21.1	14.0
29.0	38.2	29.4	29.4	15.8	38.6	22.8	22.8
11.8	23.5	41.2	23.5	6.8	37.3	33.9	22.0
2.9	26.5	47.1	23.5	10.3	39.7	29.3	20.7